

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES**  
**CADERNO DE PROVAS**  
**CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA CATARINENSE**  
**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

1. O candidato está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, o cartão-resposta, **único e insubstituível**. Confira o seu nome.
  2. O cartão-resposta **deve ser assinado, no verso, na parte superior esquerda**.
  3. Este caderno de provas **contém 100** (cem) **questões**, todas com 5 (cinco) alternativas. Para cada questão existe apenas **UMA** resposta **certa**. O caderno de provas só será trocado se apresentar problema de impressão.
  4. O caderno de provas **será devolvido** ao fiscal, juntamente com o **cartão-resposta**.
  5. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar certa. A **interpretação** das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
  6. Preencha o cartão-resposta na mesma seqüência das questões do caderno de provas (de n. 1 à de n. 100). A resposta deve ser assinalada conforme instruções contidas no cartão-resposta. A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
  7. Em anexo, o candidato encontrará uma grade de respostas para anotar o seu gabarito.
  8. A duração da prova é de 6 (seis) horas. A **saída do candidato** só será permitida após transcorridas duas horas do início da mesma. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova deverão **retirar-se** da sala simultaneamente.
  9. As provas estarão a disposição dos candidatos, a partir do dia 5 de maio, na Sala da Comissão de Concurso ou no site **www.tj.sc.gov.br**.
  10. O gabarito será divulgado no dia 5 de maio, após as 16 (dezesesseis) horas, no "site" do Tribunal de Justiça ou na **Sala das Comissões**, 11º andar. O resultado **não** será fornecido por telefone.
- FLORIANÓPOLIS**, 27 de abril de 2003.  
A Comissão

**P R O V A T É C N I C A**

**1ª Questão:** Sobre o sistema constitucional brasileiro de controle de constitucionalidade, é **correto** afirmar:

- a. A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem o condão de restaurar provisoriamente a vigência do direito revogado pela norma impugnada.
- b. Os tratados internacionais não podem ser objeto de impugnação em sede de controle abstrato de normas.
- c. A liminar concedida em sede de controle abstrato de normas há de ter sempre eficácia "ex tunc".
- d. É admissível a arguição de inconstitucionalidade de norma constitucional originária.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**2ª Questão:** A respeito dos direitos e garantias individuais, previstos na Constituição Federal, é **correto** afirmar:

- a. Os direitos e garantias individuais protegidos por cláusula pétrea, são apenas aqueles elencados no capítulo relativo aos direitos individuais.
- b. Não só as normas relacionadas no capítulo dos direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras destes direitos constantes do texto constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade.
- c. Não podem ser regulamentados por medida provisória.
- d. O legislador ordinário pode alterar completamente a conformação de determinados direitos fundamentais.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**3ª Questão:** Sobre extradição, é **correto** afirmar:

- a. A constituição brasileira admite a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b. É admitida a extradição de brasileiro naturalizado, por crime comum, desde que praticado após a naturalização.
- c. O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado na hipótese de comprovado envolvimento com o tráfico de drogas.
- d. É legítima a extradição de brasileiro naturalizado por crime político, praticado após a naturalização.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**4ª Questão:** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes Públicos, consoante a Carta Constitucional, deverá obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sendo **correto** afirmar que:

- a. É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- c. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de promoção pessoal de autoridades públicas.
- d. A administração fazendária e seus servidores fiscais não podem ter, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**5ª Questão:** Produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, as decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal:

- a. na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

- b. na ação direta de inconstitucionalidade.
- c. nas ações relativas à tratados.
- d. na ação declaratória de constitucionalidade.
- e. nenhuma das alternativas é correta.

**6ª Questão:** É vedada a edição de medida provisória:

- a. Relativa a nacionalidade, cidadania e direitos políticos, ressalvadas as matérias pertinentes a partidos políticos e direito eleitoral.
- b. Que visem o seqüestro de bens, ou de poupança popular, ressalvados outros ativos financeiros.
- c. Sobre matéria reservada à lei complementar.
- d. Sobre matéria não disciplinada em projeto de lei do Congresso Nacional.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**7ª Questão:** Existem alguns princípios de obediência obrigatória na interpretação constitucional. Sobre o assunto, é **correto** afirmar:

- a. O princípio da unidade da Constituição traduz o entendimento de que dois princípios aparentemente contraditórios, do ponto de vista jurídico são passíveis de harmonização.
- b. A uma norma constitucional tem de ser atribuído o sentido que mais eficácia lhe dê, uma vez que na Constituição não devem existir normas tidas por não jurídicas, e todas tem que produzir algum efeito.
- c. Os preceitos constitucionais devem ser interpretados não apenas pelo que explicitamente postulam, mas também de acordo com o que implicitamente encerram.
- d. Todas as alternativas são corretas.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**8ª Questão:** O sistema constitucional brasileiro conhece dois critérios de controle de constitucionalidade: o controle difuso, e o controle concentrado, que distinguem-se um do outro porque:

- a. O primeiro verifica-se quando se reconhece o seu exercício a todos os componentes do Poder Judiciário; e, o segundo, apenas a uma Corte especial.
- b. No primeiro, a declaração da inconstitucionalidade não revoga a lei questionada, mas pode determinar a sua anulação.
- c. A eficácia do primeiro é "erga omnes", e a do segundo, inter partes.
- d. A competência do senado para suspender lei declarada inconstitucional, aplica-se somente ao primeiro.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**9ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**:

- a. As leis de ordem pública aplicam-se independentemente da proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.
- b. O mandado de injunção coletivo é plenamente compatível com a ordem constitucional brasileira.
- c. O princípio da presunção de inocência é incompatível com a prisão preventiva.
- d. Os direitos previstos em tratado internacional têm, no ordenamento jurídico brasileiro, hierarquia constitucional.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**10ª Questão:** Dentre os atos normativos abaixo enumerados, assinale aquele que **NÃO É** objeto próprio da ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal:

- a. Medida Provisória.
- b. Emenda à Constituição.
- c. Decreto regulamentador de lei.
- d. Dispositivo de Lei Municipal em face da Constituição Estadual.
- e. Nenhuma das alternativas é correta.

**11ª Questão:** Considerando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **correta**:

- a. A menoridade cessa aos 21 (vinte e um) anos completos.
- b. O menor que, com 16 (dezesseis) anos completos mantenha relação de emprego e, em função dela, tenha economia própria, tem capacidade plena.
- c. A colação de grau em curso de ensino superior apenas converte a incapacidade total em incapacidade relativa.
- d. É admitida a emancipação de menor com 16 anos completos, por instrumento particular, desde que autenticadas as firmas dos pais e homologada judicialmente.
- e. A emancipação do menor com 16 anos completos, ainda que feita por escritura pública, depende, para a sua validade, de homologação judicial.

**12ª Questão:** Aplicando as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **INCORRETA**, relativamente à CURADORIA DOS BENS DO AUSENTE:

- a. O cônjuge do ausente, separado de fato há menos de 2 (dois) anos antes da declaração de ausência, é seu legítimo curador.
- b. Viúvo o declarado ausente, legítimo curador será o seu pai.
- c. No exercício da curadoria dos bens do ausente, o filho mais velho prefere ao mais novo.
- d. Na falta de cônjuge vivo, de ascendentes ou descendentes do ausente, legítimo curador de seus bens será o colateral mais próximo.
- e. Na falta de cônjuge vivo, de ascendentes ou descendentes do ausente, incumbe ao juiz a escolha do curador.

**13ª Questão:** A LESÃO É vício de consentimento previsto no atual Código Civil. Assinale, então, entre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

- a. A lesão tem como um dos seus pressupostos a premente necessidade daquele que se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- b. A lesão ocorre, também, quando alguém, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- c. A lesão não é causa de anulação do negócio jurídico, se o favorecido concordar com a redução do proveito que obteve.
- d. A desproporção entre as prestações há que considerar, para que haja lesão, os valores vigentes quando da celebração do negócio jurídico.
- e. Há lesão, ainda quando a manifesta desproporcionalidade entre o valor da prestação a que se obriga alguém e o valor da prestação oposta, decorrer de fato superveniente.

**14ª Questão:** Assinale, considerando as normas do Código Civil de 2002, dentre as alternativas seguintes, a **INCORRETA**:

- a. Nas hipóteses em que a lei excluir a prova testemunhal, serão admitidas as presunções legais e as presunções não legais.
- b. Nos casos em que a lei excluir a prova testemunhal, serão admitidas apenas as presunções legais.
- c. A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
- d. Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não pode aproveitar-se de sua recusa.
- e. Ninguém pode ser obrigado a depor sobre fato a que não possa responder sem desonra de amigo íntimo.

**15ª Questão:** Considerando os dispositivos do Código Civil de 2002, assinale a alternativa **correta**:

- a. O devedor pode opor a todos os credores solidários as exceções pessoais que tiver contra um deles.
- b. O julgamento contrário a um dos credores solidários atinge todos os demais credores solidários.
- c. De regra, o julgamento favorável a um dos credores solidários aproveita os demais credores solidários.
- d. Mesmo que o julgamento favorável a um dos credores solidários se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve, aproveita aos demais credores solidários.
- e. A conversão da prestação em perdas e danos faz desaparecer a solidariedade ativa.

**16ª Questão:** Assinale, entre as afirmações a seguir, qual a **correta**, considerando-se as disposições do Código Civil/2002:

- a. A validade da assunção de uma dívida, por terceiro, independe da anuência expressa do credor.
- b. A assunção da dívida não exonera o devedor primitivo, ficando a sua obrigação intacta até que o assuntor cumpra a obrigação.
- c. As garantias especiais, originariamente dadas pelo devedor primitivo ao credor extinguem-se a partir da assunção por terceiro da dívida garantida, não subsistindo mesmo que o devedor primitivo concorde expressamente com ela.
- d. O novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que cabiam ao devedor primitivo, exceções essas que se transferem ao assuntor como efeito da própria assunção da dívida.
- e. Em se tratando de imóvel hipotecado aquele que o adquirir pode tomar a seu cargo o pagamento do débito garantido, validando-se a transferência do débito se o credor, notificado, não impugnar essa transferência no prazo de 30 (trinta) dias.

**17ª Questão:** Com relação aos CONTRATOS COM PESSOA A DECLARAR (arts. 467 a 471, CC/2002), assinale a alternativa **correta**:

- a. A aceitação do nomeado poderá ser feita verbalmente, mesmo que o contrato tenha sido realizado por escrito.
- b. Os direitos e obrigações da pessoa indicada, uma vez aceita a nomeação, não retroagem à data da celebração do contrato.
- c. Inexistente indicação de pessoa, no prazo previsto no Código Civil (5 dias) ou em outro estipulado pelas partes, o contrato se extingue.
- d. Se a pessoa a nomear era incapaz no momento da nomeação, o contrato não produz efeitos em relação aos contratantes originários.
- e. Todas as alternativas são incorretas.

**18ª Questão:** Em tema de DOAÇÃO, consideradas as disposições do Código Civil em vigor, é **correto** afirmar-se que:

- a. É válida a estipulação, pelo doador, de que os bens doados revertam ao patrimônio de terceiro, sobrevivendo ele ao donatário.
- b. De regra, a doação em comum a mais de uma pessoa entenda-se distribuída entre elas por igual, entretanto, se os donatários forem marido e mulher a doação subsistirá na sua totalidade, para o cônjuge sobrevivente, na hipótese de morte de um deles.
- c. O doador pode renunciar antecipadamente ao direito de revogar a doação por ingratidão do donatário.
- d. A doação não pode ser revogada, no caso de calúnia praticada contra o doador pelo donatário, se este é descendente do doador.
- e. No caso de homicídio doloso, praticado pelo donatário contra o doador, o direito à revogação pode ser exercido pelos herdeiros do donatário, ainda que o doador houver externado, de forma válida, o seu perdão.

**19ª Questão:** No que diz respeito ao EMPRÉSTIMO, regulado pelo novo Código Civil em seus arts. 579 a 592, englobando o COMODATO e o MÚTUO, pergunta-se qual das alternativas abaixo é **INCORRETA**:

- a. Constituído em mora o comodatário, somente o Juiz terá poderes para arbitrar o aluguel a ser pago ao comodante até à restituição, não sendo válido o arbitramento feito unilateralmente pelo comodante.
- b. O mútuo feito a menor, pode ser reavido dele ou de seus fiadores caso o empréstimo tenha revertido a seu favor.
- c. No mútuo destinado a fins econômicos não se presume ser ele gratuito, ainda que não fixados juros.
- d. No mútuo destinado a fins econômicos, os juros podem ser capitalizados anualmente.

e. No contrato de mútuo, os juros não podem ser estipulados à taxa excedente àquela que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

**20ª Questão:** Referentemente ao contrato de EMPREITADA, previsto nos arts. 610 a 626 do Código Civil em vigor, quais das alternativas abaixo é **correta**:

- a. O contrato para elaboração de um projeto implica na obrigação de fiscalizar-lhe a execução.
- b. O dono da obra não poderá pleitear a revisão do preço global convencionado, mesmo que haja diminuição do preço do material ou da mão-de-obra e essa diminuição for superior a um décimo do preço global ajustado.
- c. Após iniciada a construção, não pode o dono da obra suspender-lhe a execução, ainda que pague ao empreiteiro as despesas e lucros relativos aos serviços já feitos, mais indenização de lucros cessantes.
- d. O empreiteiro poderá suspender a obra se, no decorrer dos serviços se manifestarem dificuldades imprevisíveis de execução, resultantes de causas geológicas ou hídricas ou outras semelhantes, quando implicarem em excessiva onerosidade da empreitada, opondo-se o dono da obra ao reajuste do preço inerente ao projeto por ele elaborado.
- e. O contrato de empreitada sempre se extingue pela morte de qualquer das partes.

**21ª)** Consideradas as disposições do Código Civil em vigor, assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**:

- a. Além da propriedade, a enfiteuse também esta inscrita como direito real.
- b. A anticrese não se constitui em direito real de garantia.
- c. O direito do promitente comprador do imóvel constitui-se em direito real.
- d. A habitação e o uso não são previstos como direitos reais.
- e. As rendas expressamente constituídas sobre imóveis caracterizam-se como direitos reais.

**22ª Questão:** Considerando-se a disciplina introduzida pelo novo Código Civil, identifique o candidato a resposta **INCORRETA**:

- a. De regra, para a validade do aval prestado por um dos cônjuges é necessária a autorização do outro cônjuge.
- b. De regra, para a validade da fiança prestada por um dos cônjuges é indispensável a autorização do outro cônjuge.
- c. No regime de separação absoluta de bens, para a validade da fiança e do aval prestados por um dos cônjuges, faz-se indispensável a autorização do outro.
- d. Exceto no regime de separação absoluta de bens é sempre necessária a autorização do outro cônjuge para a validade da fiança e do aval prestados.
- e. O juiz pode suprir a outorga do cônjuge que se recusar, sem justo motivo, a autorizar a prestação de fiança ou aval.

**23ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzirão a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais, apenas após homologados por sentença.
- b. O autor poderá desistir da ação, mesmo após a citação, mas antes de decorrido o prazo de resposta, sem o consentimento do réu.
- c. A desistência da ação não obsta o prosseguimento da reconvenção.
- d. Os atos judiciais que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, como os atos jurídicos em geral, podem ser rescindidos por ação anulatória, descabendo a ação rescisória.
- e. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

**24ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

A superveniência das férias forenses:

- a. Interrompe o curso dos prazos processuais.
- b. Não suspende os atos de jurisdição voluntária.
- c. Não suspende as causas de procedimento sumário elencadas no art. 275.
- d. Não suspende a prática de atos processuais consistentes, dentre outros, em separação de corpos, embargos de terceiro e nunciação de obra nova.
- e. Operada a citação, a fim de evitar perecimento de direito, a resposta do réu só começará a fluir no primeiro dia útil seguinte às férias.

**25ª Questão:** Sobre prazo processual, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Os prazos processuais normalmente são prescritos em lei. Sendo a lei omissa, o juiz os determinará, tendo em conta a complexidade da causa.
- b. O intérprete, sempre que possível, deve orientar-se pela exegese mais liberal, atento às tendências do processo civil contemporâneo – calcado no princípio da efetividade e da instrumentalidade, tendo em mira que as sutilezas da lei nunca devem servir para impedir o exercício de um direito.
- c. Constitui abuso de poder a fixação de prazo exíguo pelo juiz, de forma a dificultar ou impedir a prática do ato processual pela parte ou interessado, bem como dilatá-lo a ponto de proporcionar desmesurada vantagem para uma parte em detrimento da outra.
- d. Suspende-se o curso do prazo por obstáculo criado pela parte, hipótese em que será restituído pelo tempo igual ao que faltava para a sua complementação.
- e. Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

**26ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Ainda que ordenada por juiz incompetente, a citação interrompe a prescrição;
- b. Considera-se inacessível, para efeito de citação por edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória.
- c. A falta ou a nulidade da citação no processo de conhecimento, ocorrendo a revelia, possibilita a desconstituição da sentença nos embargos à execução;

- d. Oferecida a reconvenção, o autor reconvinde será citado pessoalmente para contestar, no prazo de quinze dias.
- e. A lei processual não veda a reconvenção de reconvenção, sendo a hipótese cabível em tese, como uma das formas de *resposta* do reconvinde.

**27ª Questão:** Examine as seguintes proposições e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Pelo princípio da *perpetuatio jurisdictionis* determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. Assim as mudanças de domicílio do réu, depois de ajuizada a demanda, não alteram a competência, já estabilizada com a propositura da ação.
- b. Compete exclusivamente a autoridade judiciária brasileira, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil, ainda que pertencentes a estrangeiro.
- c. Regem a competência em razão do valor e da matéria as normas de organização judiciária.
- d. O Supremo Tribunal Federal é competente para conhecer de mandado de segurança contra atos dos Tribunais de Justiça dos Estados ou de seus respectivos órgãos.
- e. A competência para a ação popular determina-se pela origem do ato a ser anulado. Assim, se o ato é do Prefeito, acusado de má aplicação de recursos públicos, a competência é da justiça comum, ainda que a verba seja oriunda da União.

**28ª Questão:** Ainda sobre competência, examine as seguintes proposições, apontando a alternativa **INCORRETA**:

- a. Em processo de conhecimento, admitida a assistência simples de empresa pública federal desloca-se a competência para a Justiça Federal.
- b. Compete ao Tribunal Regional Federal dirimir conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal.
- c. Compete à Justiça Estadual, excluídas as reclamações trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos à movimentação do FGTS.
- d. As causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara federal, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários. Nesse caso, o órgão recursal é o Tribunal Regional Federal da área de jurisdição do juízo de primeiro grau.
- e. A ação civil pública deve ser ajuizada no local onde ocorreu o dano. Havendo interesse da União Federal, em se tratando de comarca que não seja sede de vara federal, será competente o juiz de direito estadual. Sendo sede de vara federal, a competência será da justiça federal.

**29ª Questão:** Sobre prescrição e decadência, examine as seguintes proposições e aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a. As ações constitutivas sem prazo previsto em Lei e as ações declaratórias são imprescritíveis.
- b. As ações declaratórias não podem ser ajuizadas quando já tenha ocorrido a violação do direito.
- c. As ações condenatórias estão sujeitas a prazo de prescrição.
- d. As ações constitutivas com prazo de exercício previsto em Lei, sujeitam-se a prazos de decadência.
- e. O juiz não pode de ofício reconhecer a prescrição intercorrente no processo de execução.

**30ª Questão:** Ainda sobre prescrição e decadência, examine as seguintes proposições e aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a. É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.
- b. Por ser matéria de ordem pública, a decadência pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- c. A prescrição é instituto destinado fundamentalmente a apenar o desidioso titular de direito individual.
- d. Os direitos difusos e coletivos do consumidor são de interesse social (CDC, art. 1º), de sorte que consulta o interesse público sua imprescritibilidade.
- e. Não interrompe a prescrição a citação realizada em procedimento preliminar, cautelar ou não, ainda que seja requisito necessário ao ajuizamento de posterior ação principal.

**31ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Na exposição do fato e dos fundamentos jurídicos do pedido, não está excluída a aplicação dos aforismos "Da mihi factum, dabo tibi jus" e "Jura novit curia", interpretando-se que o juiz aplica o direito ao fato, ainda que aquele não tenha sido invocado.
- b. Ao pleitear medida cautelar o requerente deverá apontar, na petição inicial, a lide e seu fundamento, bem como a exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão.
- c. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
- d. O prazo decadencial de trinta dias para a propositura da ação principal não se aplica a ação cautelar incidente.
- e. Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar cessa a sua eficácia durante o período de suspensão do processo.

**32ª Questão:** Aponte a alternativa **INCORRETA**:

- a. A regra segundo a qual a execução fundada em título judicial processar-se-á perante o juiz que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição (conexão sucessiva) é norma de competência funcional, portanto relativa.
- b. Dar-se-á perante o juízo cível competente a execução de título judicial fundado em sentença penal condenatória.
- c. O devedor pode requerer ao juiz que mande citar o credor a receber em juízo o que lhe cabe conforme o título executivo judicial. Nessa hipótese, o devedor assume, no processo, posição idêntica à do exequente.
- d. A execução provisória fica sem efeito, sobrevindo sentença que modifique ou anule a que foi objeto de execução, restituindo-se as coisas no estado anterior.
- e. São absolutamente impenhoráveis os vencimentos dos magistrados.

**33ª Questão:** Assinale a resposta **INCORRETA**:

- a. Na ação civil pública a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se ação for julgada improcedente por deficiência de provas.
- b. Ainda que litigando de má-fé a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação civil pública não estão sujeitos a perdas e danos.
- c. Não é absoluto o *princípio da indisponibilidade* do direito material discutido no Inquérito Civil ou na Ação Civil Pública, de sorte que, dependendo do caso concreto, pode haver transação entre o Ministério Público e o indiciado ou réu.
- d. Na ação popular, considera-se patrimônio público, que o cidadão visa proteger, postulando a declaração de nulidade de atos lesivos, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.
- e. A concessão do mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais, em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

**34ª Questão:** No pertinente aos Juizados Especiais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, ainda que não seja da competência do juizado especial, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- b. O acordo celebrado por escrito pelas partes, referendado pelo órgão do Ministério Público, valerá como título extrajudicial.
- c. Será admitida ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento dos juizados especiais.
- d. Da sentença proferida caberá recurso com efeito devolutivo. Todavia, o juiz poderá dar-lhe efeito suspensivo para evitar dano irreparável ou de difícil reparação para a parte.
- e. Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral descaberá recurso.

**35ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. No concurso de agentes, só ocorre a co-autoria, quando todos realizam a mesma conduta típica.
- b. Na mesma hipótese, há participação, e não co-autoria, quando os agentes realizam atos de execução distintos.
- c. Há autoria, e não participação, na conduta de quem, para cometer o crime, utiliza-se de terceiro inimputável.
- d. É co-autor, e não partícipe, o idealizador, sem outra participação no crime.
- e. Nenhuma das alternativas acima está correta.

**36ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. Em se tratando de crime tentado, a pena de prestação pecuniária, substitutiva da privativa de liberdade, pode ser estabelecida aquém do mínimo legal, ante a aplicação do redutor referente à tentativa.
- b. A pena de prestação pecuniária consiste no pagamento, ao Fundo Penitenciário, da quantia fixada na sentença.
- c. A pena de multa, cominada, no tipo penal, isolada ou cumulativamente, se não adimplida, injustificadamente, pode ser convertida em prisão.
- d. A pena de multa pode ser alterada em face de circunstância agravante ou atenuante.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**37ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. A pena de reclusão, não superior a 4 (quatro) anos, aplicada ao réu não reincidente, não cria direito subjetivo ao regime aberto.
- b. A pena de detenção, sendo o réu multi-reincidente, impõe o seu cumprimento, desde o início, no regime fechado.
- c. O réu, reincidente ou não, condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, deverá, obrigatoriamente, iniciar o seu cumprimento no regime fechado.
- d. O réu, não reincidente e de bons antecedentes, condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, poderá, desde o início, cumpri-la no regime aberto.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**38ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. A condenação anterior, por crime, à pena de multa, não induz reincidência.
- b. Também, não a induz, a condenação à pena restritiva de direitos.
- c. O prazo depurador, de 5 (cinco) anos, que ignora a condenação anterior, para efeito de reincidência, conta-se do respectivo trânsito em julgado.
- d. Na condenação, por atividade contravencional anterior, o prazo depurador reduz-se à metade.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**39ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. Nos crimes contra os costumes, de ação pública condicionada, a prova da pobreza da vítima ou seus representantes, que legitima a iniciativa do Ministério Público, deve acompanhar a denúncia.
- b. A prova da pobreza, nas mesmas circunstâncias, não efetuada, no prazo de 6 (seis) meses, da representação, obriga ao trancamento da ação penal, por ilegitimidade ativa "*da causam*", do Ministério Público.
- c. A prova da pobreza, nas hipóteses mencionadas, pode ser apresentado até a prolação da sentença.
- d. A prova da pobreza, capaz de tutelar a iniciativa do Ministério Público, deve ser, necessariamente, documental, fornecida pela autoridade policial.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**40ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. Os antecedentes, em face de condenação anterior, que ensejam a reincidência, podem ser computados também, para o acréscimo da pena-base.
- b. Concorrendo, na aplicação da pena, uma circunstância agravante e outra atenuante, esta será sempre preponderante, porque mais benéfica ao réu.
- c. O juiz não pode fixar a pena-base, acima do mínimo legal, sem que examine obrigatoriamente, uma a uma, todas as circunstâncias judiciais do artigo 59, do Código Penal.
- d. Os critérios previstos no art. 59, do Código Penal, tem por única finalidade, a fixação da pena-base.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**41ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. No crime de furto, a ausência da materialidade impede o seu reconhecimento.
- b. No mesmo crime, a não identificação do co-autor, não denunciado, impede o reconhecimento da qualificadora do concurso de agentes.
- c. Impede o reconhecimento do delito, em questão, a posse efêmera da res.
- d. Em relação, ainda, ao mesmo delito, ocorre a desistência voluntária, se o agente, após a consumação, deixa a res ao alcance da vítima.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**42ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. Para a consumação do crime de extorsão mediante seqüestro, basta a arbitrária detenção da vítima, não se exigindo tenha o agente obtida a vantagem almejada.
- b. Frustrada a intenção do agente, por ação da Polícia, na obtenção da vantagem, a anterior detenção da vítima, com aquele objetivo, caracteriza apenas o delito de seqüestro e cárcere privado, definido no art. 148, do CP.
- c. Em relação ao mesmo delito, a hipótese é de tentativa, e não de crime consumado, se após a arbitrária detenção da vítima, o agente, por circunstâncias alheias à sua vontade, não obtém o preço do resgate pretendido.
- d. Se o arrebatamento da vítima não foi precedido de violência ou grave ameaça, o delito não se caracteriza, ainda que o agente tenha obtido a vantagem.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**43ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. No crime de estelionato, na sua forma fundamental, a reparação do dano, por ato voluntário do agente, antes do recebimento da denúncia, é causa de isenção da pena.
- b. No crime de furto, os maus antecedentes do réu não constituem óbice ao reconhecimento do privilégio, constante do art. 155, parágrafo 1º, do Código Penal.
- c. Para a caracterização do crime de atentado violento ao pudor, é indispensável a comprovação da materialidade, pela realização do exame de corpo de delito.
- d. No delito de roubo, se a ameaça é exercida com o emprego de arma de brinquedo, capaz de atemorizar a vítima, a circunstância atua como qualificadora do crime.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**44ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. Nos crimes contra os costumes, praticado com grave ameaça, mas, sem violência, o casamento da vítima com terceiro, é causa extintiva da punibilidade.
- b. Os crimes de estupro e atentado violento ao pudor, praticados, em seqüência, contra a mesma vítima, devem observar, na aplicação da pena, a regra do concurso formal.
- c. Nos crimes contra os costumes, se a vítima ou seus representantes, são pobres, para efeitos penais, a ação penal é pública incondicionada.
- d. A presunção de violência aplica-se apenas aos delitos de estupro e atentado violento ao pudor.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**45ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. Pratica o crime de peculato o funcionário público que se aproveitando da ausência momentânea do colega de trabalho, apropria-se, em proveito próprio, de mobiliário pertencente à repartição, de que tinha posse o ausente, em razão de suas funções.
- b. Comete o delito em questão, o funcionário que, valendo-se do cargo, determina a subalterno que realize serviço domésticos em sua residência.
- c. O funcionário que tendo a seu encargo, fechar as portas da repartição ao final do expediente, e intencionalmente, deixa-as abertas, para que terceiro, estranho aos quadros funcionais, entre e furtive, responde, juntamente com o larápio, pelo delito de peculato.
- d. Responde pelo mesmo delito, o funcionário, que, após o encerramento do expediente, sabendo ausente todos os colegas, dirige-se à repartição, e depois de arrombar uma das janelas, logra a subtração de equipamentos de trabalho.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**46ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

- a. A ofensa irrogada ao funcionário, fora do seu local de trabalho, ainda que em razão de suas atividades funcionais, impede o reconhecimento do delito de desacato.
- b. Se o funcionário não se sente ofendido com a agressão, embora irrogada em razão de suas funções, não se aperfeiçoa o delito de desacato.
- c. A ofensa feita contra o funcionário, na sua ausência, mas em face de suas funções, tipifica o delito de desacato.
- d. O delito de desacato exige à sua caracterização, que a ofensa irrogada ao funcionário, tenha a presenciá-la, ao menos, uma pessoa.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**47ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Como poderíamos classificar a sentença de pronúncia, que é um juízo de mera admissibilidade, nos processos de competência do Tribunal do Júri?

- a. Sentença de natureza interlocutória simples.
- b. Sentença de natureza suicida, como classificam alguns autores.
- c. Sentença terminativa de natureza interlocutória mista.
- d. Sentença terminativa de natureza subjetivamente plúrimas.
- e. Sentença de natureza interlocutória mista não terminativas.

**48ª Questão:** Nos crimes de ação pública condicionada à representação, o Ministério Público só pode a ela dar início, mediante a representação da vítima ou seu representante legal. Assinale o crime que **não** exige representação.

- a. Crime contra a honra de funcionário público, em razão de sua função (art. 141, II c/c o art. 145, parágrafo único do CP).
- b. Crime de perigo de contágio de doença venérea (art. 130, do C. P.).
- c. Crime de tomar refeição em restaurante, ou alugar-se em hotel sem ter recursos para o pagamento (art. 176, parágrafo único do C. P.).
- d. Crime de corrupção de preposto e violação de segredo de fábrica ou negócio (art. 196, § 1º, X a XII c/c o art. 2º, do C. P.).
- e. Crime de peculato praticado por funcionário público *propter officium* que usou veículo oficial em viagem a Aparecida do Norte, para pagar promessa.

**49ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Se o Tribunal de Justiça, no julgamento de apelação interposta pela acusação, diminuir a pena aplicada a pessoa condenada, haverá o que a doutrina e a jurisprudência denominam de:

- a. Reformatio in pejus.
- b. Reformatio in pejus indireta.
- c. Reformatio in pejus direta.
- d. Reformatio in melius.
- e. Reformatio in melius indireta.

**50ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Segundo disposição expressa da Lei n.º 9.296/96, que regula a interceptação de ligações telefônicas, o Juiz:

- a. poderá autorizar a interceptação de comunicações telefônicas quando a infração penal for punida com reclusão e detenção.
- b. poderá autorizar a interceptação de fluxo de comunicação em sistema de telemática.
- c. não poderá, de ofício, determinar a interceptação telefônica.
- d. não poderá autorizar a prorrogação da interceptação após encerrado o prazo máximo de 15 dias, por se tratar de prazo peremptório.
- e. está proibido de admitir, como prova, gravação clandestina e gravação ambiental, de conversa em reunião reservada.

**51ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Das afirmações abaixo a que corresponde a súmula do Supremo Tribunal Federal sobre nulidades do processo criminal é:

- a. O réu não poderá alegar os defeitos da denúncia depois de exarada a sentença condenatória.
- b. É absoluta a nulidade do processo por falta de intimação do acusado da expedição de carta precatória para ouvida de testemunha de defesa.
- c. É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não argüida no recurso de apelação interposto pela acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.
- d. No processo penal, a falta de defesa só causará nulidade se houver prova de prejuízo para o réu.
- e. A nulidade não pode ser argüida por quem a ela deu causa.

**52ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça federal, e não a justiça estadual, julgar processo por:

- a. Crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, atribuído a empresa particular.
- b. Crime de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.
- c. Procedimento criminal em que indígena figure como réu ou na qualidade de vítima.
- d. Contravenção penal em detrimento de bens, serviços ou interesses da união ou de suas entidades.
- e. Crime praticado por prefeito municipal por desvio de verba sujeita à prestação de contas perante órgão federal.

**53ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

O ordenamento jurídico brasileiro, em matéria de prova, no processo penal:

- a. adota, para avaliação da prova, como regra, o sistema do livre convencimento motivado, mas, em relação ao júri, admite julgamento por convicção íntima.
- b. não opõe restrição à produção de qualquer tipo de prova, em virtude de acolher o princípio da verdade real.
- c. atribui ao acusado o ônus de provar sua inocência, sob pena de, em não fazendo dentro do processo, ter sua condenação reconhecida.
- d. considera nulo o processo se faltar o exame de corpo de delito, não admitindo o suprimento por prova testemunhal.
- e. permite, como regra, à acusação e à defesa fazerem perguntas diretas ao réu no interrogatório.

**54ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

A Lei de Tortura (Lei n.º 9.455/97), considerado crime hediondo, o condenado a pena de detenção:

- a. deverá cumpri-la integralmente em regime fechado.
- b. não terá direito ao livramento condicional.
- c. deverá cumpri-la inicialmente em regime fechado.
- d. não terá direito ao sistema progressivo de cumprimento da pena.
- e. poderá cumpri-la desde o início em regime aberto.

**55ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Em face dos princípios e das regras constitucionais de natureza processual penal:

- a. a autoridade policial não pode expedir mandado de busca e apreensão domiciliar, sendo exigido pela Constituição Federal mandado judicial.
- b. o legislador não pode aumentar a competência do Júri além dos crimes dolosos contra a vida, pois a Constituição limitou-a a estes crimes.
- c. o Juiz não pode admitir no processo prova derivada de prova ilícita, sendo acolhida na Constituição a teoria dos frutos da árvore proibida.
- d. o ofendido não pode acusar em crime de ação pública, ainda que subsidiariamente, pois a Constituição consagrou o monopólio do Ministério Público em relação a essa espécie de ação.
- e. a pessoa presa pode ficar incomunicável em crimes de terrorismo, pois a Constituição Federal expressamente, ressalva essa possibilidade no tocante a este crime.

**56ª Questão:** Em relação aos procedimentos do Código de Processo Penal e de leis extravagantes, é **correto** afirmar:

- a. Distinguem-se o procedimento ordinário dos crimes de reclusão e o sumário dos crimes de detenção somente pela diversidade de prazos, sendo idêntica a seqüência dos atos processuais.
- b. No procedimento dos crimes falimentares, é prevista a instauração de inquérito policial, durante o qual não deve ser observado o contraditório, como em outros inquéritos.
- c. A falta de oportunidade de defesa antes do recebimento da representação nos procedimentos dos crimes de responsabilidade dos funcionários público, segundo orientação sumulada do Supremo Tribunal Federal, causa nulidade absoluta.
- d. A exceção da verdade, no procedimento dos crimes contra a honra, quando prevista, constitui defesa obrigatória do acusado, sob pena de nulidade.
- e. No procedimento do Júri, a presença do acusado para o julgamento em plenário é imprescindível, exceto nos crimes afiançáveis onde o julgamento pode ser feito à revelia do réu.

**57ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

O recurso em sentido estrito pretende o reexame de uma decisão judicial:

- a. Cabe da sentença que rejeitar a denúncia ou queixa, a qual deverá ser fundamentada com relação ao fato, a autoria e a materialidade do crime.
- b. Cabe recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia, porque implica escolha judicial entre a aceitação e a recusa da acusação.
- c. Cabe o recurso ao Ministério Público quando o juiz receber a denúncia, mas proceder a correção da capitulação dada ao crime atribuído ao réu.
- d. Nos crimes da Lei de Imprensa (Lei n.º 5250/67) cabe recurso em sentido estrito da decisão que receber a denúncia ou queixa, e recurso de apelação quando rejeitada.
- e. Nos casos de crimes de menor potencial ofensivo dos juizados especiais criminais cabe recurso em sentido estrito da decisão que rejeita a denúncia, ao invés do recurso de apelação.

**58ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Se o Juiz julgar procedente pedido de restituição de coisa apreendida, apesar da discordância do Ministério Público, este:

- a. poderá recorrer, porque a decisão de restituição é exclusiva do Ministério Público, diante do princípio do *dominus litis*, da ação penal.
- b. poderá impetrar mandado de segurança, porque foi ofendido direito líquido e certo do Ministério Público em manter prova no processo.
- c. poderá interpor apelação, porque, segundo a doutrina, a decisão proferida é definitiva ou tem força de definitiva.
- d. poderá interpor recurso em sentido estrito, porque há previsão expressa no Código de Processo Penal desse recurso para atacar a decisão proferida.
- e. poderá, em vez de recorrer, determinar à autoridade policial que realize nova busca e apreensão do bem.

**59ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Praticada falta disciplinar, a autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso, no interesse da disciplina e da averiguação do fato, pelo prazo máximo de:

- a. 7 dias.
- b. 10 dias.
- c. 15 dias.
- d. 20 dias.
- e. nenhuma das opções acima está correta.

**60ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. O Patronato e o Ministério Público são órgãos da execução penal.
- b. A legislação estadual não pode estabelecer normas complementares para o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.

- c. O condenado que cumpre pena em regime inicialmente fechado, pode obter permissão do diretor para sair do estabelecimento penal.
- d. O preso provisório não pode executar trabalho externo ao estabelecimento.
- e. Sobre a remissão, não será ouvido o Conselho Penitenciário.

**61ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

O indulto individual poderá ser provocado por:

- a. iniciativa do Ministério Público ou do Conselho Penitenciário.
- b. iniciativa do Ministério Público ou petição do condenado.
- c. iniciativa do Ministério Público, petição do condenado ou do Conselho Penitenciário.
- d. iniciativa do Ministério Público, petição do condenado, do Conselho Penitenciário ou da autoridade administrativa.
- e. nenhuma das opções acima está correta.

**62ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

José da Silva – nome fictício – foi condenado por sentença que passou em julgado a pena de 12 anos de reclusão – regime integralmente fechado – pela prática de crimes hediondos.

- a. após cumprir 6 anos de pena, terá direito a saída temporária.
- b. poderá ser indultado, desde que satisfaça os requisitos previstos no decreto presidencial que conceda a benesse.
- c. poderá remir a pena na proporção de um dia de reprimenda por cada quatro trabalhados.
- d. após o cumprimento de seis anos e três meses da reprimenda, fará jus ao livramento condicional.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**63ª Questão:** Analise as assertivas abaixo de acordo com o Código do Consumidor.

- I. Para fins de aplicação do Código, considera-se consumidor apenas a pessoa física que adquire produto ou serviço como destinatário final.
- II. A responsabilidade pessoal de médicos e dentistas em regra é apurada independentemente da verificação da culpa.
- III. As sociedades integrantes de grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código.
- IV. A prescrição quinquenal da pretensão à reparação dos danos causados por defeitos no produto ou serviço inicia-se a partir da efetiva entrega do bem ao consumidor.

Assinale a alternativa que contém resposta **correta**:

- a. I e IV
- b. II e IV
- c. I e III
- d. Todas assertivas são corretas
- e. Todas assertivas são incorretas

**64ª Questão:** À luz do estatuto consumerista, **não** constitui um direito básico do consumidor:

- a. Reconhecimento da sua vulnerabilidade no mercado de consumo.
- b. Proteção contra a publicidade enganosa e abusiva.
- c. Efetiva prevenção e reparação de danos morais e patrimoniais.
- d. Modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais.
- e. Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

**65ª Questão:** Assinale dentre as alternativas abaixo mencionadas, aquela que **não** é considerada "prestação de serviços" para fins de aplicação das regras e princípios contidos no Código do Consumidor:

- a. Tratamento odontológico.
- b. Contratação de seguro.
- c. Empregada doméstica.
- d. Agenciamento de viagens.
- e. Fornecimento de energia elétrica.

**66ª Questão:** No que tange aos contratos que regulam as relações de consumo, é **correto** afirmar:

- a. Nos contratos que envolvam outorga de crédito, o consumidor tem direito à liquidação antecipada do débito, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
- b. Os fornecedores em geral não podem se exonerar de sua responsabilidade quanto a eventuais danos patrimoniais causados aos consumidores, mas mediante expresso termo escrito podem isentar-se de responsabilidade quanto aos danos morais suportados por estes.
- c. A nulidade de uma cláusula contratual considerada abusiva invalida todo o contrato, devendo as partes retornar ao estado que se encontravam antes da contratação.
- d. Desde que prevista por escrito, o distribuidor de certo produto pode transferir a sua responsabilidade solidária ao importador ou ao fabricante pelos vícios de qualidade eventualmente constatados.
- e. Ao consumidor é assegurado o direito de arrepender-se no prazo de 7 (sete) dias da compra realizada no estabelecimento comercial do fornecedor e, desde que convencionado pelas partes por escrito em separado, tal direito poderá ser reduzido ou ampliado, não podendo o mesmo de qualquer forma ser inferior a 5 (cinco) nem superior a 30 (trinta) dias.

**67ª Questão:** Quanto às ações de responsabilidade civil, analise as seguintes afirmações:

- I. A ação poderá ser proposta no domicílio do consumidor desde que o fornecedor tenha sede ou filial em outro estado da federação.

- II. Se o fornecedor for declarado falido mas possuir seguro de responsabilidade, a ação de indenização poderá ser ajuizada diretamente contra o segurador.
- III. Para fins de reparação de danos decorrentes de acidentes de consumo, a vítima do evento tem legitimidade para propor a competente ação ressarcitória.
- IV. A ação de regresso a ser promovida pelo fornecedor que efetivar o pagamento ao prejudicado somente poderá ser ajuizada em processo autônomo, sendo vedada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos.

Dentre as alternativas abaixo, qual a que contém a resposta **correta**:

- II e IV estão erradas
- I e IV estão erradas
- III e IV estão certas
- I e II estão certas
- Todas assertivas estão incorretas.

**68ª Questão:** Assinale, dentre as alternativas abaixo, a única **correta**:

- No processo de falência, o síndico nomeado pode delegar as funções a um terceiro de sua confiança.
- As ações e execuções embasadas em títulos sujeitos à falência ficam de regra suspensas. Entretanto, estando o processo de execução em fase de arrematação, com datas designadas, as praças ou leilões serão suspensos.
- O crédito por aluguel de prédio locado ao falido para seu estabelecimento comercial ou industrial é privilegiado em relação aos móveis que guarnecem o imóvel alugado.
- As prestações alimentares podem ser reclamadas na falência.
- Todas as alternativas são incorretas.

**69ª Questão:** Com relação à LETRA DE CÂMBIO, assinale a alternativa **correta**:

- A letra de câmbio não pode ser emitida ao portador.
- A letra de câmbio pode ser endossada parcialmente.
- O portador de uma letra de câmbio não está obrigado, quando do vencimento, a receber o pagamento parcial.
- A propriedade de uma letra de câmbio ao portador ou endossada em branco firma-se pela posse do título.
- É lícito ao emitente da letra de câmbio excluir ou restringir a sua responsabilidade cambial.

**70ª Questão:** Tratando-se de CHEQUE, assinale, dentre as seguintes, a alternativa **INCORRETA**:

- A identificação do sacado é requisito essencial à caracterização do cheque, não podendo ser suprida.
- O cheque admite endosso parcial.
- Endossado o cheque em branco, seu portador pode preencher o espaço em branco com o nome de um terceiro.
- O endosso de um cheque após escoado o prazo de apresentação ao sacado não tem efeito de endosso.
- O sacador ou portador podem proibir que o seu pagamento seja feito em dinheiro, desde que façam inserir na face do cheque a expressão "para levar em conta" ou outra equivalente.

**71ª Questão:** No referente à DUPLICATA, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- Na compra e venda mercantil, extraída a fatura, a duplicata pode ser substituída por outro título de crédito.
- Uma só duplicata pode englobar várias faturas.
- De uma só fatura podem se originar mais de uma duplicata.
- Prorrogado o prazo de vencimento da duplicata, sem a anuência expressa do avalista, a responsabilidade deste não subsiste.
- Uma só fatura pode englobar várias notas fiscais.

**72ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre Processo Administrativo Disciplinar:

- São fases do processo administrativo disciplinar: instrução, defesa e relatório.
- O princípio da ampla defesa é observado.
- A demissão e a repreensão constituem penalidades aplicáveis.
- A suspensão não é pena que pode ser imposta.
- No processo administrativo disciplinar é facultada a presença de advogado.

**73ª Questão:** Pertinente à função pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A investidura em cargo público depende de concurso.
- Estabilidade e vitaliciedade não são a mesma coisa.
- O estágio probatório, constitucionalmente, não necessita ser efetivo.
- Demissão e exoneração são institutos diversos.
- O estágio probatório se completa em 3 (três) anos de efetivo exercício no cargo.

**74ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca da Teoria do Ato Administrativo:

- O controle dos atos administrativos é exercido também pelo Poder Judiciário.
- Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de legitimidade.
- Denomina-se eficácia a idoneidade que tem o ato administrativo para produzir seus efeitos.
- A licença para exercer determinada profissão regulamentada por lei, é ato administrativo vinculado.
- O exame do ato administrativo revela a existência dos seguintes requisitos: competência, finalidade, motivo, publicidade e objeto.

**75ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**, no que respeita aos Princípios da Administração Pública:

- A Emenda Constitucional nº 19/98, relativa à Reforma Administrativa do Estado, não introduziu, no art. 37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, o princípio da eficiência.
- Os princípios administrativos informam todo o modo de agir da Administração Pública.
- O princípio da razoabilidade está expresso na Constituição da República Federativa do Brasil.

- d. O princípio da continuidade dos serviços públicos não mostra a preocupação de paralisar as obras e serviços públicos.
- e. O princípio da continuidade do serviço público não guarda qualquer pertinência com o princípio da supremacia do interesse público.

**76ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública executar prerrogativas que sobrelevem o interesse público.
- b. No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública intervir na proteção dos interesses coletivos.
- c. A expressão poder de polícia (*police power*) ingressou pela primeira vez na terminologia legal, no caso Maryland, da Corte Suprema dos Estados Unidos.
- d. A polícia de trânsito, a polícia ambiental e a polícia de construções não estão inseridas no conceito de poder de polícia.
- e. No exercício do poder de polícia, pode a Administração Pública exercer a fiscalização de forma preventiva e/ou repressiva.

**77ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA** no que tange aos Atos de Improbidade Administrativa:

- a. Podem resultar na perda da função pública e suspensão dos direitos políticos.
- b. Estão regulamentados na Lei n.º 8.429/92 e são atacados mediante ação civil e penal, acarretando efeitos em ambas as esferas.
- c. O juiz, na concretização da lei, deverá considerar a "extensão do dano" ao patrimônio público e o "proveito patrimonial do agente".
- d. A prova apurada na esfera criminal não é passível de análise na área civil.
- e. Atos de improbidade administrativa acarretam, se comprovados, via de regra, enriquecimento ilícito.

**78ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação aos temas Administração Pública e Servidor Público:

- a. A Administração Pública é regida pelos princípios catalogados no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- b. A atividade administrativa deve orientar-se no sentido de atingir o interesse público.
- c. A proibição de acumulação de cargos é uma regra constitucional, embora admita certas exceções.
- d. O Estado, ao ensejar oportunidade de ingresso em seus quadros mediante concurso, não deve estar atento aos requisitos capacidade e idoneidade do candidato.
- e. O princípio da eficiência constitucional alcança todas as atividades estatais, inclusive a eficiência na carreira do magistrado.

**79ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

São condições de elegibilidade, dentre outras:

- a. Nacionalidade brasileira nata e alistamento eleitoral.
- b. Pleno exercício dos direitos sociais e alistamento eleitoral.
- c. Filiação partidária e nacionalidade brasileira.
- d. Filiação sindical e alistamento militar.
- e. Ter renda "*per capita*" superior à média nacional.

**80ª Questão:** Dentre as opções abaixo, assinale a única que expressa um caso de perda dos direitos políticos positivos:

- a. Dupla nacionalidade.
- b. Incapacidade civil absoluta.
- c. Improbidade administrativa.
- d. Cancelamento definitivo da naturalização.
- e. Condenação criminal.

**81ª Questão:** Assinalar a alternativa **correta**.

A propaganda política eleitoral é permitida:

- a. Após a escolha dos candidatos pelos partidos nas respectivas convenções partidárias.
- b. A partir do registro da candidatura.
- c. A partir da decisão judicial que defere o registro da candidatura.
- d. Após esgotado o prazo de impugnação do registro da candidatura.
- e. A partir de 6 de julho do ano da eleição.

**82ª Questão:** Assinalar a alternativa **correta**.

- a. O domicílio eleitoral confunde-se necessariamente com o domicílio civil.
- b. Em caso de mudança de domicílio, para a concessão de sua transferência é necessário um ano de inscrição definitiva e residência mínima de três meses no novo domicílio.
- c. O domicílio eleitoral não é condição de elegibilidade.
- d. Para concorrer à eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo mínimo de três meses antes do pleito.
- e. A declaração falsa em relação ao domicílio eleitoral tipifica crime comum e não eleitoral.

**83ª Questão:** Assinalar a alternativa **correta**.

- a. O recurso contra diplomação deve ser interposto, nas eleições municipais, no prazo de 15 dias contados da diplomação, diretamente no T.R.E.
- b. Nas eleições municipais, a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo deve ser proposta perante o Juiz Eleitoral, no prazo de 15 dias contados da diplomação, independente de prova constitutiva, sendo a mesma julgada pelo T.R.E.

- c. Nas eleições municipais, o recurso contra diplomação e a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, devem ser interposto e proposta nos prazos de 3 e 15 dias, respectivamente, a contar da diplomação, perante o Juiz Eleitoral.
- d. O recurso contra diplomação de mandato eletivo, nas eleições municipais, é julgado pelo Juiz Eleitoral.
- e. Tanto no recurso contra diplomação como na Ação de Impugnação de Mandato Eletivo não se exige prova pré-constituída.

**84ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

A competência tributária da União, Estados, Distrito Federal e Municípios é definida na:

- a. Constituição Federal, exclusivamente.
- b. Leis Complementares Federais, exclusivamente.
- c. Constituição Federal e Emendas Constitucionais.
- d. Leis Complementares Federais, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Decretos, Regulamentos e Convênios.
- e. Constituição Federal, Leis Complementares, Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias e Leis Ordinárias.

**85ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Em caso de crédito tributário resultante de ato praticado com excesso de poderes por Diretor de pessoa jurídica de Direito Privado:

- a. A responsabilidade é da empresa, pois ela responde pelos atos praticados por seus dirigentes ou representantes.
- b. O Diretor responde subsidiariamente.
- c. O Diretor responde solidariamente com a empresa.
- d. É da empresa a responsabilidade pois esta independe da intenção do agente ou responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- e. O Diretor responde pessoalmente.

**86ª Questão:** Examine as seguintes proposições.

- I. Na prestação de serviço de composição gráfica personalizada sob encomenda, envolvendo fornecimento de mercadorias, incide o I.C.M.S. e não o I.S.S.
- II. O Município pode por Decreto atualizar o valor monetário do I.P.T.U. em índice inferior ao índice oficial de correção monetária.
- III. O imposto "*causa mortis*" é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
- IV. Na venda pelo segurador de bens salvados de sinistro, incide o I.C.M.S.
- V. O I.S.S. não incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Todas as alternativas estão corretas.
- b. Apenas as alternativas I e V estão corretas.
- c. Estão corretas as alternativas II, III e IV.
- d. Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- e. Apenas as alternativas IV e V estão corretas.

**87ª Questão:** Examine as seguintes proposições.

- I. ajuizamento de Ação Anulatória ou Declaratória Negativa de Dívida Fiscal suspende a exigibilidade do crédito tributário independente de depósito prévio.
- II. Somente a concessão de Liminar em Mandado de Segurança independentemente do depósito suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- III. A concessão de Tutela Antecipada não suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- IV. É inconstitucional a Lei que condiciona ao prévio depósito integral do débito tributário, a admissibilidade de reclamações administrativas e respectivos recursos destinados a desconstituí-lo na órbita administrativa.
- V. Não constitui pressuposto da Ação Anulatória de débito fiscal o depósito de que trata o art. 38 da Lei n.º 6.830/80.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. As proposições I e III estão corretas.
- b. Somente as proposições I e IV estão corretas.
- c. Apenas as proposições III e IV estão corretas.
- d. As proposições III, IV e V estão corretas.
- e. Somente as proposições IV e V estão corretas.

**88ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

O crime de sonegação fiscal é ação ou omissão, tipificada em Lei, que:

- a. Pode ter a punibilidade extinta se o agente promover o recolhimento do tributo devido, antes de iniciada a ação na esfera administrativa.
- b. Se configura, independentemente do dolo ou intenção do agente de lesar o Erário Público.
- c. Assim se configura se praticada, tanto com dolo como com culpa (imprudência, negligência ou imperícia).
- d. Não se pode estender aos cúmplices ou co-autores, em razão de sua personalidade.
- e. Estende-se às pessoas jurídicas, desde que nele estejam implicados seus diretores e sócios.

**89ª Questão:** Assinale a alternativa **correta** sobre a tutela do meio ambiente:

- a. Os instrumentos para a proteção do meio ambiente são, por exemplo: no campo administrativo, multa; no penal, a ação penal pública; e no âmbito civil, a ação civil pública.
- b. A tutela civil não pode ser exercida através da ação direta de inconstitucionalidade.
- c. O estudo prévio de impacto ambiental não encontra proteção na esfera administrativa.
- d. O mandado de segurança coletivo não é instrumento jurídico de proteção ao meio ambiente.
- e. O patrimônio genético e a biodiversidade estão fora da proteção da Lei n.º 8.974/95.

**90ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA** sobre função social da propriedade rural no que tange ao meio ambiente:

- a. A função social é cumprida segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei.
- b. Devem ser observadas as disposições que regulam as relações de trabalho.
- c. A exploração deve favorecer o bem-estar dos proprietários e trabalhadores, na forma do art. 186 da Constituição da República Federativa do Brasil.
- d. Os requisitos das alternativas anteriores não são observados quando se analisa a função social da propriedade rural.
- e. A utilização adequada dos recursos naturais disponíveis também deve ser observada.

**91ª Questão:** Assinale, com fundamento na tutela constitucional do meio ambiente e distribuição de competências, a alternativa **INCORRETA**:

- a. O Município terá competência supletiva para estabelecer normas e procedimentos adequados às peculiaridades locais.
- b. Compete à União legislar concorrentemente sobre florestas, defesa do solo e controle da poluição.
- c. Existem regras constitucionais sobre meio ambiente que são privativas de competência do Estado.
- d. Aos Municípios cabe apenas suplementar a legislação federal e estadual, "no que couber" (art. 30, II, CRFB).
- e. Para distribuir-se a competência é suficiente observar tão somente a irrelevância da intenção dolosa ou a ofensa ao direito difuso da sociedade.

**92ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**, tendo em vista os princípios de direito ambiental:

- a. O princípio do poluidor-pagador possui duas vertentes: a prevenção do dano ambiental e a repressão, mediante reparação daquele já causado.
- b. O desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.
- c. A ausência de culpa na efetivação do dano ambiental isenta de responsabilidade o poluidor.
- d. Para o efeito da aplicação do princípio da prevenção, sempre que a atividade perigosa polua ou degrade o meio ambiente, são necessárias medidas preventivas.
- e. Com base no princípio da precaução, sempre que houver perigo de ocorrência de um dano grave ou irreversível, a ausência de certeza científica absoluta não deverá ser utilizada como razão para se adiar a adoção de medidas eficazes, a fim de impedir a degradação ambiental.

**93ª Questão:** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a. Qualquer pessoa que constate a infração ambiental poderá dirigir representação à autoridade competente, que, ao tomar conhecimento dela, é obrigada a promover apuração imediata – mediante processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa – sob pena de co-responsabilidade.
- b. Prescreve o Estatuto da Cidade (art. 36) que lei municipal definirá os empreendimentos e atividades, privados ou públicos, em área urbana, que dependerão da apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV para a obtenção das licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, quando a competência de outorga for municipal.
- c. Todo aquele que desenvolve atividade lícita, geradora de perigo a outrem, deverá responder pelo risco, não havendo necessidade de a vítima provar culpa do agente.
- d. O compromisso de ajustamento de conduta tem natureza de título executivo judicial (§ 6º do art. 5º, da Lei n.º 7.347/85), o que recomenda estejam as obrigações devidamente delimitadas, particularizadas e especificadas.
- e. Existindo dano ambiental, para garantir a efetividade da decisão judicial, pode o magistrado cominar multa diária (*astreinte*).

**94ª Questão:** Assinale, em que circunstância, o recurso de apelação é recebido em ambos os efeitos nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude:

- a. quando tratar-se de suspensão do pátrio poder.
- b. quando referir-se à destituição da tutela.
- c. quando tratar-se de apuração de infração administrativa.
- d. quando interposto contra decisão que concede adoção por estrangeiro.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**95ª Questão:** Assinale a resposta **correta**:

A família substituta efetiva-se pela guarda, tutela ou adoção do menor, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente.

- a. A guarda vislumbra a condição de dependência do menor, inclusive direitos previdenciários.
- b. A guarda somente, não inclui a possibilidade de direitos previdenciários.
- c. A tutela pode ser deferida a pessoa com menos de 21 (vinte e um) anos, consoante o novo Código Civil.
- d. A adoção pode ser deferida através de procurador habilitado.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**96ª Questão:** Assinale o recurso, de acordo com os elencados no CPC, e permitido para impugnação de decisões relativas aos procedimentos oriundos da Justiça da Infância e da Juventude, no 1º grau de jurisdição.

- a. Embargos de Divergência
- b. Agravo de Instrumento
- c. Agravo Inominado
- d. Mandado de Segurança
- e. Agravo Regimental

**97ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

As decisões do Conselho Tutelar, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, somente poderão ser revistas:

- a. Pelo Prefeito Municipal
- b. Pelo próprio Conselho
- c. Pela Câmara Municipal
- d. Pela autoridade judiciária.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**98ª Questão:** Assinale a alternativa **correta** quanto aos procedimentos regulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a. Exige processamento exclusivo pelas normas do ECA.
- b. Admite a aplicação de normas da legislação processual subsidiária pertinente.
- c. Impõe procedimento igual ao da perda e da suspensão do pátrio poder.
- d. Não regula procedimentos infracionais.
- e. Nenhuma das afirmações acima.

**99ª Questão:** Assinale a alternativa **correta**.

Na apreciação para a promoção do magistrado por merecimento, o Tribunal levará em conta, de acordo com o CDOJ/SC:

- a. Exclusivamente a conduta ética do magistrado.
- b. A conduta na vida privada e pública, a sua operosidade e cultura jurídica.
- c. Apenas os dotes morais, e de sabedoria e inteligência.
- d. A ideologia e a conduta moral.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

**100ª Questão:** Diante da nova configuração dada aos órgãos julgadores do TJSC, pelo Ato Regimental n.º TJ 57/02, assinale a alternativa **correta**.

- a. Matéria de direito bancário empresarial, cambiário e falimentar, é julgada pela Câmara Cível.
- b. Matéria de Acidente de Trabalho é julgada pela Câmara de Direito Comercial.
- c. Os incidentes de uniformização de jurisprudência suscitados nas Câmaras serão julgados pelo Grupo de Câmaras respectivo.
- d. Ocorrendo decisão que converta o agravo de instrumento em retido (art. 527, II/ CPC), o recurso será julgado pela Câmara Cível Especial.
- e. Nenhuma das alternativas está correta.

#### G A B A R I T O

1. A	2. B	3. C	4. B	5. D	6. C	7. D	8. A	9. B	10. D
11. B	12. D	13. E	14. A	15. C	16. E	17. E	18. B	19. A	20. D
21. C	22. C	23. A	24. A	25. E	26. D	27. D	28. C	29. B	30. E
31. E	32. A	33. B	34. C	35. C	36. E	37. A	38. E	39. C	40. E
41. E	42. A	43. B	44. E	45. C	46. E	47. E	48. E	49. A	50. B
51. C	52. E	53. A	54. E	55. D	56. E	57. D	58. C	59. B	60. B
61. D	62. E	63. E	64. A	65. C	66. A	67. B	68. C	69. D	70. B
71. A	72. D	73. C	74. E	75. B	76. D	77. D	78. D	79. C	80. D
81. E	82. B	83. C	84. C	85. E	86. C	87. E	88. A	89. A	90. D
91. E	92. C	93. D	94. D	95. A	96. B	97. B	98. B	99. B	100.C